

1 **ATA DA 10ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO FÓRUM FLUMINENSE**
2 **DE COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS DO ANO DE 2020, realizada no dia**
3 **16/06/2020 (terça-feira), de 14:15h às 17:15, através de videoconferência.** A
4 Assembleia Geral Extraordinária do Fórum Fluminense de Comitês de Bacias
5 Hidrográficas (FFCBH) do dia 16/06/2020, foi iniciada pelo Coordenador, José
6 Arimathéa Oliveira (CBH MPS) e contou com a presença dos membros: Paulo de Tarso
7 de Lima Pimenta (CBH Guandu), Nelson Reis (CBH Guandu), José Arimathéa Oliveira
8 (CBH MPS), Vera Lúcia Teixeira (CBH MPS), Luís Eduardo Amorim Ramos (CBH
9 Piabanha), Luís Carlos Teixeira (CBH LSJ), Licius de Sá Freire (CBH R2R), Maria Inês
10 Paes Ferreira (Macaé Ostras), Carlos Ronald Macabu (CBH BPSI) e João Gomes (CBH
11 BPSI) e os convidados Rafaela Facchetti (CBH Piabanha), Domingos Oliveira (CBH
12 BIG), Rafael Vieira (CBH BIG) e Sabina Campagnani e a equipe: Roberta Abreu
13 (AGEVAP), Tamires Souza (AGEVAP) e Larah Emediato Ribeiro (AGEVAP).

14 **Item 1. Abertura:**

15 A assembleia foi iniciada pelo coordenador **José Arimathéa**, que deu boas-vindas aos
16 presentes e realizou a leitura e orientação das regras de conduta para
17 videoconferência.

18 **Item 2. Aprovação da Pauta;**

19 A pauta, previamente enviada, foi lida e aprovada pelos presentes, sem solicitações de
20 alteração.

21 **Item 3. Aprovação da ata das Assembleia do dia 19/05/2020;**

22 **José Arimathéa** informou que a ata havia sido enviada previamente e que **Izidro** havia
23 solicitado alterações, que foram atendidas, questionando se havia mais alguma
24 sugestão de alteração. Não houve manifestações para alterações, portanto a referida
25 ata foi aprovada.

26 **Item 4. Aprovação da Deliberação que dispõe sobre realização de reuniões não**
27 **presenciais;**

28 **José Arimathéa** introduziu o assunto, dizendo que a ideia é formalizar dentro do
29 FFCBH a prática de reuniões não presenciais e informou que **Tamires** havia feito a
30 minuta desse documento, projetando para ser feita uma leitura dinâmica. Comentou o
31 parágrafo que dizia que os procedimentos ocorreriam no período que perdurasse a
32 pandemia, já que a intenção é que as videoconferências possam ser utilizadas
33 posteriormente como ferramenta dentro do Fórum.

34 **Roberta** informou que esse documento teve como base a resolução do CERHI e se for
35 alterar esse parágrafo, deveria alterar o embasamento ou revisar o regimento do
36 FFCBH, incluindo esse tópico nele.

37 **Lícius** disse que vem pedindo para realizar reuniões virtuais há alguns anos e agora
38 não teria volta nesse caminho, já que assim em toda reunião permitirá uma participação
39 virtual, haverá maior presença dos membros. Disse que ao sair desse período,
40 retornarão às reuniões presenciais, mais que seria interessante já ter essa ferramenta
41 aprovada para construir um novo modelo. Sugeriu que deveria haver uma validação do
42 que o CERHI e comitês vem realizando, aproveitando este documento e posteriormente
43 realizar uma nova resolução para quando saísse desse cenário.

44 **José Arimathéa** disse que deveria se pensar em meios e mecanismos para realizar
45 reuniões híbridas, na qual alguns membros estarão presentes e outros poderão
46 participar remotamente.

47 **Vera Lúcia** disse que já podiam fechar na resolução a possibilidade realizar reuniões
48 híbridas, assim como foi feito no CBH MPS. Disse que não via necessidade de mexer
49 no regimento do FFCBH, mas sim incluir no texto da resolução apresentada que
50 poderão continuar ocorrendo pós pandemia. (Encaminhamento)

51 **José Arimathéa** disse que nos “considerandos”, poderiam citar os dados como dados
52 do momento histórico e fazer essas alterações para a próxima reunião, já pensando em
53 algo mais duradouro.

54 **Paulo de Tarso** questionou aos presentes se algum deles havia recebido solicitação
55 de pagamento de ajuda de custo para participação por vídeo conferência e como eles
56 raciocinavam quanto a essa possibilidade.

57 **José Arimathéa** disse que no CBH MPS não receberam esse tipo de demanda. **Lício**
58 disse que cada comitê tem um entendimento diferente quanto ajuda de custo, mas que
59 acredita que essa ajuda contempla o deslocamento, pernoite e alimentação fora da sua
60 região normal, logo, em reunião virtual, não havendo deslocamento, não cabia esse
61 pedido. Afirmou que no CBH R2R não havia tido nenhum pedido do tipo. Os demais
62 presentes concordaram com essa posição.

63 **Item 5. Análise comparativa dos contratos de gestão de entidades delegatárias**
64 **do RJ;**

65 **José Arimathéa** disse que este é o momento de se debruçar numa análise e
66 interpretação do contrato de gestão, já que seis dos nove comitês farão uma renovação
67 de contrato ao final do ano. Lembrou que o FFCBH havia dado tempo para cada comitê
68 realizasse a avaliação do contrato e discutisse em conjunto por contrato de gestão e
69 enviasse até o dia 12/06/2020 as suas considerações para serem compiladas e
70 possibilitar um estudo comparativo. Disse que receberam contribuição, além do G4, do
71 CBH Macaé Ostras, CBH LSJ e considerações do **Nelson** sobre o contrato do CBH
72 Guandu e CBH BIG. Informou que o documento a ser apresentado era com base a
73 análise feita pelo G4, incluindo as considerações dos demais contratos.

74 **Lício** comentou que se tem dois grupos de contrato de gestão do estado, no qual três
75 contratos são da AGEVAP e dois com o CILSJ. Desses três contratos da AGEVAP, dois
76 se encerram ao final do ano e **Maria Inês** completou que o contrato do CBH Macaé
77 Ostras e CBH LSJ só vencem em 2022. **Lício** informou que, devido ao atraso no
78 cronograma, o G4 enviou suas considerações para delegatária na semana anterior para
79 contribuições se disse que esse processo deveria ser feito para cada contrato. Propôs
80 que os demais comitês pegassem o documento apresentado, interiorizassem e vejam
81 se há alguma complementação para se discutir com a delegatária.

82 **Maria Inês** disse que o grupo de acompanhamento do contrato de gestão do CBH
83 Macaé Ostra já está pegando o material do Fórum para estudar e que concorda com a
84 proposta tanto de ler a avaliação comparativa durante a reunião, quanto com a leitura
85 individualizada dos comitês separadamente.

86 **Nelson** disse que em reunião passada **Magno Neves** destacou que há uma diferença
87 conceitual em agência de águas e delegatária e que se deve atentar a isso para que os
88 entes falem a mesma língua. Solicitou que enviassem esse documento apresentado
89 para os comitês para que pudesse leva-lo à CT do Guandu. (Encaminhamento)

90 **João** complementou que no estudo dos contratos se viu claramente a necessidade de
91 reforçar os conceitos, visto que a própria delegatária não sabe se é uma agência de
92 água ou uma agência delegatária e que a falta desse entendimento trouxe
93 comprometimento aos fluxos. Comentou que esse documento pode ser usado como
94 base para os outros comitês, tendo a autonomia de cada um para adequá-lo às suas
95 realidades.

96 **José Arimathéa** continuou uma leitura dinâmica do documento, explicando os pontos
97 que foram muito alterados ou houve contribuição de outro CBH. Comentou a
98 contribuição do CBH Macaé Ostras sobre aplicação de cláusulas contratuais que
99 apresentem diretrizes de aplicação dos 10% do valor da cobrança, dizendo que achava
100 interessante já pensar nessa linha, mas que não haviam chegado a esse ponto na
101 discussão. Quanto a metas e indicadores, comentou que haviam alterado o anexo I,
102 criando pesos, alterando os indicativos e feito algumas reivindicações de como
103 quantificar os indicadores a serem avaliados. Das obrigações, atribuições e
104 competências, se fez no documento um detalhamento, acrescentando quais são as
105 competências do INEA na função de agência de água, deixando claro a diferenciação
106 o que é assumido pelo INEA e o que é assumido pela delegatária.

107 **Nelson** disse seu comentário quanto a assessoria de imprensa para os comitês se
108 referia ao fato de ver acontecer de a AGEVAP aparecer mais que os membros dos
109 comitês, como ocorreu no caso da geosmina, mas que é importante que essa
110 assessoria seja um trabalho constante, pois a qualquer momento os comitês podem ser

111 sujeitos a alguma solicitação. Comentou também que no contrato de gestão do CBH
112 Guandu não estava previsto que os relatórios da delegatária passassem pelo comitê e
113 GACG antes de serem enviados ao INEA e que isso deveria estar descrito.

114 **José Arimathéa** informou que essa descrição já está no Contrato 01/2010, mas que foi
115 proposto a redução de prazos do grupo de avaliação do INEA.

116 **Nelson** comentou que, no item que trata da gestão integrada dos recursos hídricos,
117 deveria fazer com que os municípios sejam signatários dos Planos de Bacias por meio
118 de decretos ou leis municipais.

119 **João** comentou que ficou bem definido que o tripé do sistema é, na verdade, Comitês,
120 Órgão Gestor e CERHI, ou seja, quem define as ações, quem aprova as resoluções e
121 dá anuência nas resoluções. Citou a discussão ocorrida na reunião com **Maximino**
122 sobre a posição do comitê apenas de interveniente do contrato, dizendo que ficou
123 definido de avançar nesse entendimento juridicamente.

124 **Lícius** comentou que essas mudanças no contrato de gestão que será renovando se
125 dão em busca de serviço técnico da delegatária e que algumas questões não são
126 próprias para o contrato. Disse que na época dos estudos, se viu que na lei federal e
127 estadual diz que a delegatária compõe o sistema e que entendimentos diferentes
128 devem ser trabalhados para alterar na legislação, não no contrato. Afirmou que a logica
129 estudada é que o comitê não necessite de CNPJ para assinar um contrato, no entanto,
130 esse entendimento ainda não está vigente.

131 **Nelson** comentou que na clausula que trata de compras e contratações de obras e
132 serviços deveria estar descrito situações nas quais os órgãos membros dos comitês
133 poderiam participar. Informou que havia recebido um parecer do jurídico da AGEVAP
134 dizendo que caso a instituição não tenha participado do TdR e não tenha informações
135 privilegiadas, ela poderia participar de processos. Também disse que deveria haver um
136 parágrafo que se atentasse para Sociedade Civil e para Usuários.

137 **Roberta** disse que o jurídico ainda é confuso em relação a essa participação de
138 instituições membro do comitê e que caberia uma consulta quanto a esse parágrafo e
139 possibilidades de alteração. (Encaminhamento)

140 **Lícious** opinou que não via a possibilidade de isso acontecer, já que não existe um edital
141 que seja demandado por um comitê que não vá para aprovação na plenária, logo todos
142 os membros saberiam do edital, tendo assim informação privilegiada.

143 **Nelson** disse precisa trabalhar para viabilizar a participação das ONGs nas atuações
144 que ela se dedica na região hidrográfica e isso precisa estar bem estabelecido dentro
145 dos comitês para que as ONGs possam se posicionar.

146 **Maria Inês** disse que no CBH Macaé Ostras houve grande problema no ano de 2019
147 já que projetos de professores pesquisadores da UFRJ, que não são representantes da
148 instituição no comitê, que foram barrados, acarretando na saída do representante da
149 universidade da plenária do comitê. Comentou que o parecer do CILSJ e da AGEVAP
150 são divergentes, mas que essa definição deveria ser igual dentro dos comitês.

151 Ao retornar a leitura do documento, **Lícious** comentou que houve sugestão de alteração
152 do prazo para a comissão de avaliação entregar o relatório de execução de 150 para
153 90 dias, uma vez que o contrato deve ser avaliado todo ano e que também foi sugerida
154 a alteração de prestações de conta de semestral para trimestral.

155 **Maria Inês** disse que o CBH Macaé Ostras sugeriu que na clausula referente a
156 penalidade esteja explícito que as multas descritas são aplicadas sobre o valor do ano
157 de vigência de contrato. Relembrou que CILSJ já teve que pagar uma multa relativa a
158 um problema de 2012, na qual a irregularidade só foi vista 4 anos depois e foi cobrado
159 juros e correção monetária durante esse período.

160 **Lícious** disse que incluíram um artigo IV na clausula que se trata da extinção do contrato,
161 no qual a proposição do contrato se romper também mediante a criação de agência de
162 água. Disse que deveria verificar qual era a lei que se tratava e estudar se é possível
163 de ocorrer. (Encaminhamento) Comentou que incluíram um parágrafo na clausula sobre
164 as disposições gerais, autorizando que a delegatária utilize recursos já repassados pelo

165 INEA para manutenção das atividades de custeio, respaldando pelo contrato esse tipo
166 de ação. Falou também da inclusão nessa cláusula de um parágrafo que propõe a
167 revisão anual das metas e indicadores do anexo I e a alteração do nome das “UDs”
168 para Secretaria Executiva.

169 Foi projetada a planilha de indicadores e metas com suas propostas de alterações e
170 **Lícius** comentou que as metas olhadas hoje não valem mais para o momento atual dos
171 comitês, que houve evolução dos entes e as metas ficaram para trás. Disse que foram
172 propostas novas avaliações dos indicadores e que foram incluídos pesos para cada
173 uma delas, assim como as suas explicações. Comentou brevemente as avaliações
174 incluídas e alterados dentro dos indicadores e sugeriu que, ao final de cada ano, essas
175 alterações de metas e indicadores fosse analisada para que seja feita propostas de
176 adequação para o ano subsequente. Mostrou que alguns indicadores possuem meta
177 de 100% e explicou que esse é o almejado, mas que dificilmente a delegatária atingiria
178 esse nível e, caso alcançasse, indica que as metas estão baixas. Quanto o indicador
179 de aplicação de recursos do FUNDRHI, comentou que quando as metas foram
180 estabelecidas, não havia uma série de leis, mas que hoje é claro que deve-se utilizar
181 100% dos recursos, uma vez que o governo pode licitamente arrear 30% desses
182 recursos ao final do ano e que foi proposto 60% para o ano de 2021, aumentando em
183 10% a cada ano. Observou também que foi sugerido que a comissão de contrato e a
184 delegatária estariam responsáveis pela definição dos prazos e pesos das notas deste
185 indicador. **Lícius** disse que o Indicador 5 teve uma redação na qual nem todos comitês
186 possuíam delegatária ou plano de bacia e que não cabia mais esse item, logo deveria
187 ter uma nova redação e análise da delegatária. Informou que incluíram a proposta de
188 um novo indicador que se trata da educação continuada dos empregados da
189 delegatária, no qual se avalia capacitação de detalhes já diagnosticados como contas
190 públicas, termos de referências, fiscalização de contratos e outras capacitações
191 específicas a pedido do comitê, delegatária ou secretaria executiva. Disse que a forma
192 de mensurar esse item deve ser desenvolvida de forma mais relevante, uma vez que é
193 algo novo a ser analisado.

194 **Maria Inês** questionou quem iria pagar essas capacitações. **Lício** disse que não há
195 uma lei limitadora do percentual custeio no estado e que deveria aumentar o custeio, já
196 que era de interesse dos comitês terem mais assessoria técnica. Sugeriu que essa
197 dúvida fosse anotada para questionar à delegatária. (Encaminhamento)

198 **Carlos Ronald** comentou que cada comitê deve definir o perfil do profissional em
199 função das especificidades de suas ações e **Lício** concordou, incluindo também que
200 devem definir os cursos de capacitação.

201 **Item 6. Assuntos Gerais;**

202 **Vera Lúcia** disse que a próxima reunião do FFCBH estava marcada para o dia
203 23/06/2020, mas que foi marcada para o mesmo dia e horário a reunião do GT
204 FUNDRHI, logo deveria alterar o dia ou horário da reunião. Foi sugerido que essa
205 definição fosse realizada no grupo de FFCBH no Whatsapp. (Encaminhamento)

206 **José Arimathéa** informou que no dia 25/06/2020 foi marcada a reunião com a SEFAZ,
207 INEA e SEAS às 15:30h e que deveria contar com a presença de um representante por
208 comitê, mas que até o momento o TCE e o CERHI ainda não haviam confirmado a
209 reunião. Pediu que os comitês se manifestassem para indicar um representante para
210 que um e-mail com essa relação fosse enviado a **Maximino** após a presente reunião.
211 (Encaminhamento)

212 **Lício** comentou que achava interessante ter uma conversa prévia a essa reunião para
213 definir as abordagens e haver alinhamento das falas e opinião dos comitês, para
214 mostrar que trabalham de forma unida.

215 **Luís Eduardo** se posicionou contrário com a representação de dois membros do CBH
216 MPS na reunião, informando que deveria haver participação apenas de José Arimathéa
217 ou Vera Lúcia. **Lício** sugeriu que a discussão dessa consideração fosse realizada
218 posteriormente.

219 Durante a reunião, foi confirmada a presença de Lícus, José Arimathéa, Rafaela, Vera
220 Lúcia, João Carlos, João Gomes e Maria Inês. Os demais deveriam confirmar com a
221 **Roberta** ou seria encaminhado como representante o presidente do comitê.

222

223 **Item 7. Encerramento.**

224 **José Arimathéa** agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião às 17:15. A
225 presente ata foi lavrada por mim, Larah Ribeiro, Estagiária do FFCBH e, depois de
226 aprovada, será assinada pelos Coordenadores do FFCBH.

227

228

229 **Ata aprovada. Assinatura será após período de isolamento devido à pandemia**

230 **José Arimathéa Oliveira**

João Gomes de Siqueira

231 Coordenado Geral FFCBH

Coordenador Adjunto FFCBH

232

233 ENCAMINHAMENTOS: planilha de encaminhamentos segue em anexo.